Acervo ISA

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O ESP

CLASS. : Unidades de Conservação

DATA : 14 08 88.

PG. : 27

Incêndios indicam estado de abandono dos parques

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA — Com a promulgação da nova Constituição o Brasil passará a contar com a legislação mais avançada no mundo voltada para a proteção do meio ambiente. Paradoxalmente, as conquistas conseguidas deverão esbarrar num quadro caótico no que se refere à situação das unidades de conservação hoje administradas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Federal (IBDF) e Secretaria do Meio Ambiente (Sema). Os 18 parques nacionais, 15 reservas biológicas e 35 estações ecológicas que ocupam uma área de 14 milhões de hectares — aproximadamente 1,8% do território nacional — enfrentam, desde graves problemas fundiários, falta de recursos humanos e materiais até o completo abandono: o Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina, não tem diretor, nem plano de manejo.

A presidenta da Fundação Pró-Natureza (Pronatura), Maria Tereza Pádua, faz um desabafo: "As unidades de conservação do Brasil não têm dono, são terras de ninguém, onde tudo acontece, o fogo, a caça, a extração de madeira, de pedras, pesca predatória, rodovias, hidrelétricas, linhas de transmissão etc..." O secretário-geral do IBDF, José Carlos Carvalho, reconhece a situação vivida pelas unidades que administra e se queixa da falta de pessoal, de recursos e de uma política nacional voltada para o meio ambiente.

"O IBDF conta hoje com 3.500 funcionários para atender a todo o País, o mesmo número de empregados que trabalham na construção da usina de Samuel, na Amazônia. Além disso, nos últimos anos, o órgão vem perdendo seus melhores técnicos para a iniciativa privada", afirma Maria Tereza.

José Paulo/AE

Maria Tereza: sem fiscais

Ela acredita que os parques, reservas e estações ecológicas só não foram mais destruídos, até hoje, "pela fibra de alguns funcionários". Cita Antonio Malheiros, diretor do Parque Nacional das Emas, que teve grande incêndio há duas semanas, e Maravaldo Siqueira, do Parque Nacional de Monte Pascoal.

A falta de regularização fundiária, é apontada pelos ambientalistas como a pior ameaça aos parques e reservas no País. O mais antigo parque nacional do País, de Itatira, ainda não está regularizado. O Parque Nacional de Chapada dos Veadeiros, em Goiás, criado em 1961 e que ocupa área de 700 mil hectares, está hoje reduzido a 60 mil hectares. Foram muitos os decretos de redelimitação e a área continua sofrendo a ação de grileiros.

O do Parque Nacional da Bocaina, situado na rodovia Rio-Santos, é outros ameaçado por problemas fundiários. A presidenta da Pronatura considera que, dos 120 mil hectares, pouco mais de 20 mil pertencem ao poder público. "O parque não tem fiscalização adequada, é cortado pela rodovia Parati-Cunha, assiste a caçadas, queimadas, extração de rochas e um turismo predador", alerta Maria Tereza.

ASFALTO

Situação semelhante envolve parques estaduais. Os setores ligados ao meio ambiente estão preocupados, agora, com o Parque Estadual de Carlos Botelho, localizado no município de São Miguel Arcanjo, em São Paulo. A área está ameaçada com o asfaltamento da estrada que liga a sede do parque a Sete Barras, com o objetivo de chegar à costa. Outros parques também enfrentam a ameaça de estradas, como o Parque Nacional de Iguaçu e do Araguaia.

Exemplo trágico é o da Reserva Biológica do Rio Trombetas no Pará. Até o começo da década de 80, a reserva tinha uma situação privilegiada, chegando a contar com 21 guardas. Lá foi desenvolvido um grande esforço para evitar o desaparecimento da tartaruga da Amazônia, a **podocnemis expansa**. Maria Tereza Pádua, na ocasião diretora de Parques e Recursos Naturais do IBDF, conta que "foi uma luta para se conseguir a criação da área que, segundo o governo, interferiria nos projetos econômicos previstos para a região".

"Hoje a reserva está totalmente abandonada. Persistem apenas quatro guardas, seu diretor sofreu um acidente e as pesquisas foram prejudicadas a ponto de comprometer toda a desova. Esperava-se pelo menos 800 mil tartaruguinhas em 1985, mas as praias foram invadidas, os animais caçados e os ovos retirados", lamenta a presidenta da Pronatura.